

Usura e Purgatório: Jacques le Goff e a Antropologia do Sagrado Medieval

Milton Carlos Costa – UNESP / Assis

Nosso trabalho tem como objetivo a apresentação da antropologia do sagrado medieval elaborada por Jacques le Goff, utilizando trabalho nos quais desenvolve os temas da usura e do Purgatório. Nossa escolha do autor e do assunto deriva da consideração de ser o mesmo um dos mais eminentes representantes da corrente historiográfica dos Annales a qual operou uma revolução historiográfica no século XX, com sua revolução dos métodos e concepções historiográficas, que se materializaram em sucessivas obras-primas relativas a todos os domínios históricos. Nosso texto apresenta três aspectos: inicialmente faremos uma apreciação de conjunto da trajetória de Le Goff como medievalista. Num segundo momento trataremos de forma detalhada da relação entre usura e Purgatório no livro *A Bolsa e a Vida*. Finalmente retomaremos os desenvolvimentos do historiador referentes à questão do Purgatório, profundamente renovada no livro *O Nascimento do Purgatório*. Podemos dividir a trajetória intelectual de Le Goff em duas fases. Na primeira, iniciada pelos livros *Mercadores e banqueiros na Idade Média* e *Os intelectuais na Idade Média*, culminando com a síntese monumental *A civilização do Ocidente Medieval*, o estudioso pratica uma história multidisciplinar, na tradição dos Annales, a qual se ligou com uma acentuada abordagem cultural dos fenômenos analisados. Na segunda fase o medievalista elaborou progressivamente em trabalhos importantes uma antropologia histórica da Idade Média Ocidental. O estudo que hora apresentamos recupera principalmente a questão da relação entre usura e a Purgatório, com a apresentação dos principais tópicos do livro já citado por nós. O autor investiga a usura através da análise dos usurários. A usura aparece como explosiva mescla de religião e economia. O pecado da cupidez burguesa superava o pecado feudal do orgulho. O dinheiro aparece como forma iníqua de riqueza. A prática da confissão sofre uma mutação. Aparece o Purgatório, novo lugar de expiação. A usura constituía um pecado contrário à natureza e ao preço justo. O usurário foi considerado “o ladrão do tempo”. Os judeus praticavam empréstimo a juros. Eles foram objeto de ódio e repressão. A condenação do usurário associava-se com a do comerciante. O usurário queria a bolsa e a vida. O surgimento do feudalismo foi uma mutação. O Purgatório salvou o usurário. A mulher do usurário podia auxiliá-lo. Restituir o dinheiro obtido era para o usurário a penitência. Nos séculos X a XIII privilegio-se a contrição, que propiciava a salvação. O usurário que praticava a contrição real ou possível chegava a Deus (Cesário de Heisterbach). Segundo Le Goff “a esperança de escapar do Inferno, graças ao Purgatório, permite ao usurário fazer a economia e a sociedade avançar em direção ao capitalismo”.

Palavras-chave: Jacques le Goff; antropologia histórica; usura; Purgatório

Jacques le Goff apresenta-se como um dos mais importantes medievalistas¹. Sua obra *A Civilização do Ocidente Medieval*, (1964) trabalho inovador, de caráter enciclopédico, colocou-o de imediato na vanguarda da medievalística do século XX e teve impacto duradouro sendo considerada ainda hoje como um manual de interpretações e pontos de vista originais.

Mas o grande historiador não parou aí: apresentando no seguimento de uma carreira extraordinariamente produtiva, obras de grande inventividade na abertura de novas perspectivas nos estudos medievais como os livros *Para um Novo Conceito da Idade Média. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*², *O Imaginário Medieval*³, *O Nascimento do Purgatório*⁴, *São Luís*⁵

Podemos dividir a trajetória intelectual de Le Goff em duas fases⁶. Na primeira, iniciada pelos livros *Mercadores e banqueiros na Idade Média*⁷ e *Os intelectuais na Idade Média*⁸ culminando com a já citada monumental síntese *A Civilização do Ocidente Medieval*, o estudioso pratica uma história multidisciplinar, na tradição da corrente dos *Annales*, à qual já se ligara com uma acentuada abordagem cultural dos fenômenos analisados. Particularmente o último livro citado marcou época principalmente pela reconstituição original das mentalidades medievais, um dos eixos fundamentais da citada escola historiográfica e que conheceria grande voga na década de sessenta do século XX.

Na segunda fase o medievalista elaborou progressivamente através dos trabalhos citados e outros uma antropologia histórica da Idade Média Ocidental a qual pela incorporação de novas fontes e métodos de trabalho historiográfico, influenciou de maneira decisiva os estudos medievalísticos, não só através dos trabalhos do autor como de discípulos como Jean-Claude Schmitt e Hilário Franco Júnior⁹

Neste trabalho, trataremos de apresentar dois objetos importantes desta segunda fase do historiador, bastante representativo da sua fase antropológico-histórica, quais sejam, as questões da usura e do Purgatório¹⁰, descortinando novos horizontes a respeito do tema.

Em primeiro lugar, vejamos qual a proposta do autor no primeiro livro citado, no qual busca estudar a usura através da consideração dos usurários:

Mostrar homens, os usurários, no agregado de relações sociais, de práticas e de valores em que o fenômeno econômico da usura está inserido, tal é a ambição deste ensaio. Dito de outro modo, é à globalidade da usura, através do comportamento e da imagem de seus praticantes, os usurários, que se dedica nossa análise (LE GOFF, 1998, p. 20).

Precisando ainda mais o objetivo da obra o autor afirma:

O que procuro mostrar neste livro é [...] como um obstáculo ideológico pode entrar, retardar o desenvolvimento de um novo sistema econômico. Acredito que se compreenda melhor esse fenômeno investigando os homens que são seus atores em vez de examinar somente os sistemas e as doutrinas econômicas (LE GOFF, 1998, p. 69).

O primeiro capítulo do trabalho tem por título: “Entre o dinheiro e o inferno”. A usura aparece como explosiva mescla de religião e economia. Em “uma longa Idade Média”¹¹ os “símbolos antigos” esmagaram os “homens novos” (LE GOFF, 1998, p.9). Em relação à usura, uma grande polêmica desenvolveu-se envolvendo a figura pré-capitalista do usurário e a constituição do próprio capitalismo. Ele foi como uma sombra de caráter monstruoso sobre a progressiva economia do dinheiro. Ele era o vampiro, o manipulador do dinheiro-rei. Assimilou-se o usurário e o judeu. Ele era um personagem ao mesmo tempo detestado e necessário.

O pecado da cupidez burguesa superava o pecado feudal do orgulho. Os valores do cristianismo eram ameaçados pela economia de tipo monetário. A usura deve ser relacionada com o capitalismo em formação:

A usura é um dos grandes problemas do século XIII. Nesta data, a Cristandade, no auge da vigorosa expansão que empreendia desde o Ano Mil, gloriosa, já se vê em

perigo. O impulso e a difusão da economia monetária ameaçam os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o capitalismo, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, cotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades tem por objetivo a legitimação do lucro lícito que é preciso distinguir da usura ilícita (LE GOFF, 1998, p. 10).

O dinheiro aparece como forma iníqua de riqueza. Para capturar a figura dos usurários é necessário buscar textos como os manuais de confessor, as sumas, os penitenciais. Quanto à penitência afirma o autor: “Do final do século XI ao início do século XIII, a concepção de pecado e de penitência muda profundamente, se espiritualiza, se interioriza” (LE GOFF, 1998, p.11).

Uma prática, a confissão sofre uma mutação. A totalidade dos cristãos deve confessar-se de forma individual, obrigatória, como é estabelecido em 1215 pelo IV Concílio de Latrão. O confessor deve substituir o castigo dos erros pela purificação das pessoas. A modernidade em termos psicológicos vai lentamente nascer da introspecção. O Purgatório, lugar novo de expiação, vai surgir:

Os que morrem carregados apenas com pecados veniais passarão um tempo mais ou menos longo de expiação num lugar novo, o Purgatório, que irão deixar depois de purificados, purgados, em troca da vida eterna, do Paraíso, o mais tardar no momento do Juízo Final (LE GOFF, 1998, p. 12).

Surge uma justiça nova, de caráter penitencial. Os confessores precisaram de guias. Canonistas e teólogos produziram para eles manuais e sumas. O personagem principal *dos exempla* – histórias edificantes inseridas nos sermões – são os usurários. Estas anedotas constituem as fontes decisivas para estudá-los. Elas têm ampla circulação. O problema para o usurário é o de conseguir manter ao mesmo tempo a vida eterna e a bolsa.

O capítulo dois se intitula “A bolsa: a usura”. A usura apresenta-se como hidra com muitas cabeças. É difícil separar nas práticas da usura o lícito do ilícito. Elas eram múltiplas. Havia uma fascinação por este multiforme animal. De qualquer modo deve-se distinguir entre a usura e o juro. Em si a usura constituía denominador comum das operações financeiras que se proibia. Em que consiste a usura? “A usura é a arrecadação de juros por prestador nas operações que não devem dar lugar a juro” (LE GOFF, 1998, p. 18). A economia da Idade Média se dava em termos de dom e contra-dom. E “a única finalidade da troca é estreitar a rede de relações reforçando os laços de reciprocidade” (LE GOFF, p. 19).

Para os medievais a Bíblia constituía a autoridade modelar. Ela condenava a usura. Usava-se a usura para atacar aqueles considerados adversários. O usurário era rejeitado do Paraíso. Condenou-se longamente a usura na tradição do cristianismo. Os chamados Padres da Igreja desprezavam os usurários. A usura foi proibida pelos Concílios.

Com a generalização da economia monetária (século XII) a usura tornou-se um personagem importante. A expansão, a vaga da usura, foi reprimida pelo cristianismo. Roberto de Courçon, no começo do século XIII, formulou uma utopia contra a usura, por ele considerada um flagelo. Os usurários seriam ociosos, rapinadores, rebeldes. Ele exorta os cristãos ao trabalho. A usura foi condenada pela Escolástica. Segundo Graciano, no seu Decreto “tudo o que é exigido além do capital é usura”. Considerou-se a usura um pecado, o da cupidez. Ela seria um roubo, um pecado que atingia a justiça, a qual é muito importante no século XIII e considerada virtude privativa dos reis.

A usura constituía um pecado contrário à natureza e ao preço justo. Ela visava à frutificação do dinheiro. Para espanto e escândalo dos medievais descobria-se que o dinheiro trabalhava. Havia uma relação entre usura e pecado: “A usura nunca deixa de pecar. Enquanto seu dono dorme, ela não descansa, mas sem parar aumenta e cresce” (LE GOFF, 1998, p. 30).

Para um manuscrito datado do século XIII, a *Tabula Exemplorum*, o pecado da usura era infinito. Os pregadores exploravam bastante o tema usurário. A usura seria detestável,

injusta e levaria à danação. Além de não respeitar a ordem da natureza, que se associava a Deus. A usura era um escândalo, que foi compreendido por poetas como Dante, o qual produziu no período em que ela triunfava. Ela levava ao Inferno e era sinônimo de morte.

“O ladrão de tempo”: tal é o título do terceiro capítulo do livro. Um dos personagens privilegiados dos *exempla* era o usurário. Ele constituía uma figura maligna particularmente relevante. Tanto o sermão quanto a imagem são fontes para estudar a imagem do praticante da usura medieval. Quanto à relação entre os judeus e o empréstimo a juros diz Le Goff:

É preciso antes de tudo desfazer um equívoco. A história ligou estreitamente a imagem do usurário à do judeu. Até o século XII, o empréstimo a juros que não punha em cena somas importantes e que ocorria em parte no quadro da economia-natureza (emprestava-se grão, vestimentas, materiais e objetos e recebia-se uma quantidade maior destas mesmas coisas emprestadas) estava essencialmente na mão dos judeus. Na verdade, a estes proibiam-se pouco a pouco atividades produtivas que chamaríamos ‘primárias’ ou ‘secundárias’. Não lhes restava outra coisa, ao lado de algumas profissões ‘liberais’ como a medicina – por muito tempo desdenhada pelos cristãos, que deixavam a outros os cuidados com o corpo, entregue pelos poderosos e ricos a médicos judeus, enquanto a maioria o abandonava aos curandeiros ‘populares’ e à natureza -, senão precisamente fazer com que o dinheiro, ao qual o cristianismo recusava qualquer fecundidade, produzisse. Não-cristãos, eles não sentiam escrúpulos nem violavam as prescrições bíblicas fazendo empréstimos a indivíduos ou a instituições fora de sua comunidade. Os cristãos, por seu lado, não sonhavam em aplicar-lhes uma condenação essencialmente reservada à família, à fraternidade cristã, depois aos laicos (LE GOFF, 1998, p. 35-36).

Dante associou a usura a um tipo de bestialidade. Ela e os judeus foram objetos de ódio. No mundo cristão a condição dos judeus agravou-se. As massas realizaram progridos contra os membros da comunidade judaica. Acusava-se os judeus de profanarem hóstias, de assassinato de tipo ritual. O Concílio de Latrão de 1215 posicionou-se contra eles. Vários reis franceses legislaram contrariamente aos judeus. O antissemitismo foi alimentado pela repressão dirigida contra o judaísmo. O século XII, que conheceu um crescimento econômico considerável, viu multiplicarem-se os cristãos usurários. A Igreja os considerava piores que os judeus praticantes da usura, os via como pecadores. O usurário do século XIII não conheceu posição segura nem honrosa. Desprezava-se os pobres e ascendia-se socialmente durante XIII através da usura.

Para os medievais, o usurário seria ladrão que roubava a Deus, pois vendia o tempo, que a ele pertencia. Ele vendia bens percebidos como supremos – as noites e os dias. Ser usurário era motivo de desonra e escândalo, ele seria um desertor na história progressiva dos homens. Já o trabalho levava à libertação, pois “é no século XIII que os pensadores fazem do trabalho o fundamento da riqueza e da salvação, tanto no plano escatológico quanto no plano (...) econômico” (LE GOFF, 1998, p. 42). Para salvar-se o usurário deveria restituir obrigatoriamente o dinheiro ganho. Pouco se sabe sobre as restituições reais, embora tenham sido provavelmente frequentes; os usurários tinham dificuldade em restituir.

Passemos ao capítulo quatro: “O usurário e a morte”. A Alta Idade Média condenou ou desprezou várias profissões, dentre elas a prostituição e a usura. Embora as atividades condenadas fossem desculpadas no século XIII em nome da “utilidade comum”, as condenações do usurário e da prostituta permaneceram na época. O usurário era considerado um maldito – o pior deles. Dante colocou-os no Inferno juntamente com os sodomitas. O usurário precisava ocultar a riqueza e o poder que possuía. Acreditava-se que seu destino seria o Inferno, mesmo que praticasse as dádivas. Associava-se o usurário aos animais: “Nesse mundo medieval fascinado pelos animais e que sempre procura uma semelhança animal no homem, caminhando no meio de uma fauna simbólica, o usurário tem múltiplas ressonâncias animais” (LE GOFF, 1998, p. 52).

A condenação do praticante da usura associava-se com a do profissional do comércio¹². Contudo a associação entre ambos não era completa assim como vários

praticantes da usura não o faziam de forma exclusiva. Dentre os mercadores, desprezava-se mais o usurário. O praticante do comércio no século XIII cheirava a usura. Esta seria tão nefasta quanto improdutiva. Segundo Jacques de Vitry, os usurários seriam a quarta categoria na sociedade trifuncional, sua variante diabólica. Seria protegido e amigo do Diabo na sociedade terrestre. Quando sua morte estava próxima, a amizade de ambos terminava. O “usurário impenitente” não consegue mudar de condição, mesmo tendo a proteção de clérigos.

O quinto capítulo tem por título: “A bolsa e a vida: o Purgatório. O usurário queria tanto a bolsa quanto a vida. Segundo Le Goff : “o usurário impenitente foi sem dúvida um usurário imprevidente, surpreendido pela morte, apesar das advertências da Igreja, ou então um usurário otimista que contava com a misericórdia de um Deus mais compreensivo que a Igreja” (LE GOFF, 1998, p. 65).

Os valores do século XIII adquirem um caráter mais terreno. O cristianismo apresentava-se superficial. A Igreja não refreava o natural selvagem de camponeses e guerreiros laicos. A culpa era redimida, mas o ser não era corrigido. A Igreja buscava a realização da ordem externa. O feudalismo representou uma mutação:

Uma grande transformação, que chamamos *feudalismo* ocorreu por volta do Ano Mil. Ela aumentou sem dúvida as injustiças e as desigualdades, mas proporcionou à massa uma certa segurança, da qual nasceu um relativo bem-estar. A Igreja repensou a nova sociedade. Por um lado, procurou desembaraçar-se de seus vínculos com o século. Por outro, esforçou-se em cristianizar verdadeiramente a sociedade. Ela o fez segundo os métodos habituais dos poderosos: a astúcia e o bastão (LE GOFF, 1998, p. 67).

Nessa fase a economia cresceu. A criação tinha um colaborador, o homem. O cristão usurário, adepto da abominável usura, sofreu muito no período inicial do feudalismo. O artifício do Purgatório apareceu nesse momento. Segundo o autor “a salvação do usurário deveu-se apenas ao Purgatório” (LE GOFF, 1998, p. 70). Duas foram as vias que levaram a que o usurário fosse aceito: a prática moderada da usura e o surgimento de novos valores nas práticas econômicas. Em termos textuais condenava-se totalmente a usura, mas nem todos os tipos de juros foram condenados pela Igreja. Os textos de caráter oficial condenavam de forma explícita apenas os usurários exagerados. Aos moderados se acenava com a salvação. Encontraram-se desculpas para isso. Foi o caso de ver a usura como pagamento de um trabalho, nesse caso o trabalho do praticante da usura seria produtivo. O risco do usurário – financeiro e econômico – era outra desculpa. Para o usurário salvar-se do Inferno e do Purgatório ele precisava restituir os bens ganhos.

O último capítulo, o sexto chama-se: “O coração também tem suas lágrimas”. Nele mostra-se como a mulher do usurário pode ajudar na sua salvação. Restituir o dinheiro obtido era para o usurário a penitência. Nos séculos X a XIII privilegiou-se a contrição. Essa propiciava a salvação. Em Cesário de Heisterbach aparece tanto a dificuldade de salvação enfrentada pelo usurário quanto o desejo de salvá-lo pela indulgência. Apelava-se a Deus para salvar o usurário:

Além do Purgatório, o usurário do século XIII [é] conduzido pelo caminho da devoção cristã em direção à vida interior. A salvação do usurário vale muitos esforços, e é preciso confiar em Deus para salvar, com ou sem Purgatório, os usurários que apenas Ele, na ausência da confissão ou restituição, poderá saber se experimentaram ou não uma autêntica contrição.

Segundo Cesário de Heisterbach o usurário que praticava a contrição real ou possível chegava a Deus. Jacques de Vitry escreveu grande elogio do usurário que se arrependeu.

Le Goff encerra seu livro com uma reflexão sobre os usurários e o capitalismo:

Uma andorinha não faz verão. Um usurário não faz o capitalismo. Mas um sistema econômico substitui um outro apenas no final de uma longa corrida de obstáculos de todas as espécies. A história são os homens. Os iniciadores do capitalismo são os usurários, mercadores do futuro, mercadores do tempo que, desde o século XV, Leon Battiste Alberti definirá como dinheiro. Esse homens são cristãos. Aquilo que

os retém no limiar do capitalismo são as consequências terrestres das condenações da usura pela Igreja, é o medo, o medo angustiante do Inferno. Numa sociedade em que toda consciência é uma consciência religiosa, os obstáculos são antes de tudo – ou finalmente – religiosos. A esperança de escapar ao Inferno, graças ao Purgatório, permite ao usurário fazer avançar a economia e a sociedade do século XIII em direção ao capitalismo (LE GOFF, 1998, p. 90).

Voltemos ao Purgatório, retomando inicialmente as explicações dadas por Le Goff em seu grande estudo sobre o tema¹³. O século XIV, no seu início, não representou o final de uma longa história – a do Purgatório. São de épocas posteriores os momentos de maior glória do mesmo. Crenças e práticas a seu respeito tiveram importantes desenvolvimentos, sem falar de sua presença nas imagens e na literatura. Por meio do Purgatório realizou-se, entre mortos e vivos, uma relação de reciprocidade constituindo uma cadeia infinita de tipo circular. Para o historiador:

No século XIII o Purgatório modificou a atitude dos cristãos perante os últimos momentos da vida. O Purgatório dramatizou essa última parte da existência terrena, carregando-a de intensidade misturada de temor e de esperança. O essencial, a escolha do Inferno ou Paraíso, visto que o Purgatório era a antecâmara certa do Paraíso, podia ainda jogar-se no minuto derradeiro. Os últimos instantes eram também os da última oportunidade (LE GOFF, 1995, p. 426-427).

O Concílio de Trento distanciou-se em relação ao imaginário do chamado Terceiro Lugar. O clero, por sua vez, desmaterializou e desinfernizou o Purgatório. Quanto aos fiéis, sua posição foi de crescente despreço em relação ao Purgatório, esse tempo relativo ao Além de caráter intermediário. Le Goff ressalta contudo seu caráter decisivo: “O meu propósito foi sugerir que neste sistema [que diz respeito ao Além] o lugar-chave foi o elemento intermédio, efêmero, frágil e no entanto essencial, o Purgatório, que ganhou o seu espaço entre o paraíso e o inferno”.

O medievalista retoma a questão do Purgatório em trabalho no qual comenta sinteticamente o conjunto de sua obra¹⁴. Ele procura definir em que consiste o Purgatório:

O purgatório é [...] uma sala de espera destinada aos pecadores médios e ordinários (*mediocres*, em latim), que não podem ir diretamente para o paraíso, mas que também não merecem o inferno. Quase todo cristão podia então pensar que passaria por esse purgatório para limpar-se de suas faltas. Era reconfortante. Todos supunham escapar do inferno. Mas representava-se muito mal esse lugar vago e cinzento onde a alma suspirava por estar tão próxima de Deus, sem entretanto chegar até Ele. A visão que se construiu dele é a de um inferno menos terrível, porém de qualquer modo temporário (LE GOFF, 2005, p. 144).

O purgatório possuía uma temporalidade e espacialidade próprias:

A ideia de purgatório obriga a definir uma certa forma de espaço e uma certa forma de tempo lá onde a Igreja ensina [...] que não há mais espaço nem tempo. É preciso elaborar um espaço intermediário entre o mundo e o além, entre a morte individual e a Ressurreição coletiva [...]. Essa espacialidade do purgatório tinha consequências essenciais. Fazia crescer o poder da Igreja, cuja ajuda era necessária para diminuir a duração das temporadas num lugar, o purgatório, tão penoso quanto o inferno – com essa diferença de não ser eterno, mas de duração variável. Com a construção do purgatório, historicamente, o homem vivente dependia na terra do direito de jurisdição da Igreja, o *foro* eclesiástico. O homem morto estava na dependência única do *foro* divino. Mas com o purgatório, as almas (humanas, dotadas de uma espécie de corpo) dependem daí em diante do *foro conjunto* de Deus e da Igreja. A Igreja faz transbordar seu poder, seu *dominium*, para além da morte (LE GOFF, 2005, p. 145-146)

O medievalista relaciona o purgatório com os mortos e com os vivos:

O purgatório modifica profundamente as relações entre os vivos e os mortos. Os mortos no purgatório não dispunham mais de nenhum poder sobre seu destino, sobre sua salvação, ainda que sua ida para esse lugar deixasse entrever uma acolhida final no paraíso. A duração dessa temporada – e dos tormentos que lá sofreriam – dependia dos vivos de seus *sufrágios*. Antes do fim do século XII, os vivos rezavam,

faziam doações a Igreja ‘pro anima’, pela alma – pelas almas que lhe eram queridas, mas o mecanismo e a eficácia dessas doações permaneciam vagas, misteriosas. O purgatório foi a explicação. Selou definitivamente a solidariedade da humanidade, unindo-a no espaço e no tempo (LE GOFF, 2005, p. 146).

O autor trata também do Purgatório, num ensaio dedicado ao comentário do tratado *O Purgatório de S. Patrício*¹⁵, datado aproximadamente de 1190. Para ele,

“[...] alguns gestos [...] serão típicos do purgatório: trata-se das súplicas do defuntos que estão lá a purificar-se dirigidas aos visitantes, para que, uma vez regressados à terra, avisem os parentes para que façam sufrágios de modo a poderem abreviar o tempo de sua permanência no purgatório, súplicas dirigidas a Deus na esperança de alcançá-lo no paraíso a que teoricamente estariam destinados após um certo período. Quando tardiamente – não antes do século XIV ao que parece – se desenvolver uma iconografia do purgatório, será esse gesto de oração que permitirá distinguir os torturados do purgatório dos condenados do inferno, as chamas do fogo temporário das do fogo eterno (LE GOFF, s/d, p. 66-67).

Em outro ensaio, o historiador volta a tratar do purgatório ressaltando que as grandes consequências trazidas por sua invenção:

Foi grande a importância deste terceiro lugar que esvaziava parcialmente o Inferno e substituía o sistema binário do Além por um sistema mais complexo e flexível, adequado a evolução dos ‘estados’ sociais na terra e que foi largamente difundido pelos frades das Ordens Mendicantes criadas no começo do século XII (dominicanos e franciscanos) (LE GOFF, 2002, p. 31)

¹ Lisboa, Estampa, 1984. 2v.

² Lisboa, Estampa, 1979.

³ Lisboa, Estampa, 1994.

⁴ 2ª Ed. Lisboa, Estampa, 1995.

⁵ Rio de Janeiro, Record, 1999.

⁶ Para uma visão ampla da carreira do historiador consultar: Le Goff, Jacques. *Uma vida para a história. Conversações com Marc Heurgon*. São Paulo, UNESP, 1998.

⁷ São Paulo, Martins Fontes, 1991.

⁸ Nova edição corrigida e aumentada. São Paulo, Brasiliense, 1995.

⁹ Para uma visão global desta área de estudos consultar: Le Goff, Jacques e Jean-Claude Schmitt (dir.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, Edusc, 2002, 2 v. A respeito do conjunto da obra de Le Goff consultar: Guriêvitch, Aaron “Mentalidade, sistema de valores, imaginário. A antropologia histórica de Jacques le Goff”. No seu: *A síntese histórica e a Escola dos Annales*. São Paulo, Perspectiva, 2003, p. 173-213; Revel, Jacques e Jean-Claude Schmitt (orgs.). *L’ogre historien. Autour de Jacques le Goff*. Paris, Gallimard, 1998.

¹⁰ Estes temas são tratados nas seguintes obras: *A bolsa e a vida. Economia e religião na Idade Média*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1998; *O nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa, Estampa, 1995; *Em busca da Idade Média*. Com a colaboração de Jean-Maurice de Montremy. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005; “Os gestos do Purgatório” no seu: *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70, s/d, p. 63-72; “Além”. In: Le Goff, Jacques e Jean-Claude Schmitt (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, Edusc, v. 1, p. 21-34.

¹¹ Conceito caro ao autor, teorizado no artigo “Por uma longa Idade Média”, no seu: *O imaginário medieval*, p. 35-41. Desenvolvimentos historiográficos do tema podem ser encontrados em: Le Goff, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

¹² A respeito do assunto consultar a primeira obra publicada pelo autor: Le Goff, Jacques. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

¹³ *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa, Estampa, 1995.

¹⁴ Le Goff, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Com a colaboração de Jean-Maurice de Montremy. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

¹⁵ Le Goff, Jacques. “Os gestos do Purgatório. No seu: *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70, s/d, p. 63-72.